

## TREINO 09

### PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

#### GABARITO COMENTADO

A peça a ser elaborada consiste em uma petição de Recurso Extraordinário. O examinando deve endereçar a interposição ao Tribunal de Justiça do Estado e as razões aos Supremo Tribunal Federal.

O examinando deve indicar, na qualificação das partes, o recorrente Partido Político, figurando como recorrida a Assembleia Legislativa do Estado.

Deverá também requer na peça de interposição, o deferimento de efeito devolutivo e suspensivo ativo, nos termos do artigo 995, parágrafo único e 1.029, ambos do Código de Processo Civil. E, dizer que comprova o pagamento das custas de porte de remessa e retorno, em atendimento ao disposto no artigo 1.007, do Código de Processo Civil.

Alegar a tempestividade, mencionando que apresentou o recurso no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, conforme a regra do artigo 1.003, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

Justificar a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento de Recurso Extraordinário, quando decisão de última ou única instância contrariar dispositivo da Constituição Federal, com base no artigo 102, inciso III, da Constituição Federal.

Fundamentar o cabimento do Recurso Extraordinário, com base no artigo 102, inciso III, alínea “a” e “c”, da Constituição Federal e artigo 1.029, inciso II, do Código de Processo Civil, uma vez que o acórdão a quo considerou válida lei local em clara violação a norma de repetição obrigatória. A decisão ainda violou dispositivo expresso da Constituição.

Embasar que o recorrente Partido Político é legitimado ativo para o ajuizamento da representação de inconstitucionalidade estadual e, como foi sucumbente, mantém a legitimidade para recorrer. A recorrida Assembleia Legislativa do Estado, órgão do Estado X é legitimada passiva, pois é a responsável pela edição da Lei Estadual.

Mencionar que há a presença de repercussão geral, nos termos dos artigos 102, parágrafo 3º, da Constituição Federal e 1.035, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que a causa transcende as partes e apresenta relevância social e jurídica. A causa apresenta, grande relevância jurídica, diante da violação do ordenamento jurídico constitucional, relevância econômica pela autorização de despesas em desconformidade com a legislação e relevância social, já que a população do estado estará sendo afetada.

Citar que a matéria foi devidamente prequestionada, uma vez que foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo tribunal, e que versavam sobre a inconstitucionalidade, perante o artigo 165, *caput* da Constituição Federal e artigo 1.025, do Código de Processo Civil.

Aludir que a Lei Estadual X violou expressamente a Constituição Federal, notadamente o artigo 61 parágrafo 1º, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, quando editou Lei Estadual atribuindo ao Poder Legislativo local a competência para legislar sobre criação e alteração de suas Leis Orçamentárias, além da violação ao artigo 165, da Constituição Federal. Acontece que compete privativamente ao chefe do Executivo a iniciativa para editar lei sobre orçamento, razão pela qual a referida Lei deve ser invalidada.

Realizar os pedidos:

- a) O recebimento deste recurso extraordinário;
- b) A intimação do Ministério Público ou interessado para se manifestar, conforme artigo 1.030, do Código de Processo Civil;
- c) A concessão de efeito suspensivo para fins de invalidar a eficácia da Lei Estadual X, conforme artigo 995, parágrafo único, e 1.029, parágrafo 5º, ambos do Código de Processo Civil
- d) O conhecimento e provimento do recurso para reformar a decisão recorrida, a fim de invalidar a Lei Estadual X;
- e) A condenação da parte *ex adversa* em honorários, custas e demais despesas judiciais.

Fazer o fechamento da peça com o local, data e assinatura